



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FINANÇAS E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



2013

**RELATÓRIO ANUAL
DE ATIVIDADES**



Apresentação

É com satisfação que apresentamos o Relatório de Atividades 2013 da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

O objetivo desta publicação é reforçar a transparência na administração da Secretaria e das finanças municipais, assim como a prestação de contas à sociedade e aos seus próprios servidores, responsáveis pelos avanços aqui apresentados.

Este documento está organizado ao longo dos cinco objetivos estratégicos norteadores da secretaria e apresenta os principais projetos desenvolvidos no ano.

Aos servidores da secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico e à sociedade em geral esperamos que a leitura seja interessante.

Marcos Cruz
Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Sumário

Apresentação do Relatório de Atividades	03
Sumário Executivo	06
Principais Resultados da Gestão Financeira e da Secretaria de Finanças em 2013	10
A Secretaria em Números	12
Objetivos Estratégicos	15
I. Incremento das receitas tributárias e não tributárias	17
1. Incremento da Receita Tributária	18
1.1. ISS Habite-se	19
1.2. Sistemática da tributação dos planos de saúde (ISS)	20
1.3. Atualização do Valor Venal de Referência (ITBI)	21
1.4. Esforços contra a guerra fiscal – Projeto de Lei 366/2013	22
1.5. Divisão do Simples Nacional e DIPAM	23
1.6. Núcleo de Grandes Contribuintes	27
2. Incremento das receitas não tributárias	29
2.1. SUS	29
2.2. Equipe de acompanhamento das obrigações previdenciárias	30
2.3. PAC	30
II. Qualidade no gasto público e promoção do equilíbrio	32
3. Aperfeiçoamento dos procedimentos de compras	33
4. Fiscalização e gestão de contratos	34
5. Revisão de contratos	35
5.1. Política de reajuste	36
6. Fiscalização de recursos adiantados	36
7. Qualidade de gastos e equilíbrio fiscal na Administração Indireta	37
7.1. Implantação do Sistema SADIN e criação do Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município – DECAP	28
7.2. Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta	40
7.3. Manual do Conselheiro Fiscal	40
8. Impacto da Dívida na Capacidade de Investimento e Esforços de Renegociação	42
8.1. Avanços alcançados - Exclusão dos recursos obtidos com operações urbanas na base de cálculo da Receita Líquida Real	45

III. Aumento da transparência e melhor prestação de serviço ao municipal	47
9. Melhorias na prestação de serviço ao contribuinte	48
9.1. Cadastro Informativo Municipal (CADIN)	48
9.2. Nova Funcionalidade de Senha WEB	49
9.3. Sistema para controle de restituições – DAT	49
9.4. Sistema de Isenção para aposentados (IPTU)	50
9.5. Programa de isenção por enchentes e alagamentos	51
9.6. Sistema de Declaração de Imunidades	51
10. Agregando Transparência às Atividades da Secretaria	52
10.1. Nova página de Contas Públicas no Portal da Transparência	52
10.2. Sistema PUSH e novo sistema de pesquisa do Conselho Municipal de Tributos – CMT	54
IV. Desenvolvimento organizacional, tecnológico e de RH	56
11. Desenvolvimento organizacional e de RH	57
11.1. Reestruturação da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico	57
11.2. Criação da Escola Municipal de Administração Fazendária – EMAF	58
11.3. Pós-graduação oferecida para mais de 80 servidores na Fundação Dom Cabral – FDC	59
11.4. Projeto Othon	59
11.5. Novas Contratações	60
12. Desenvolvimento Tecnológico	61
12.1. Declaração Tributária de Conclusão de Obra – DTCO	61
12.2. Proposta de políticas de Segurança da Informação e Luminet	63
12.3. Automatização no gerenciamento de cauções e garantias do município	64
12.4. Implementação de novas funcionalidades do SOF	64
12.5. Sistema de cadastro e atualização de Bens Patrimoniais	65
12.6. Automatização de processos e sistemas para baixa de pagamentos	65
12.7. Mudança nos modelos de contratação de TI	67
12.8. PETI e PDTI	68
V. Desenvolvimento econômico no município de São Paulo	69
13. Programa de Incentivos Fiscais para a Região Leste	70
14. Criação da SP-Negócios – Agência de Promoção de Investimentos	72
14.1. PPP Iluminação	73
14.2. Brasil alcança sua melhor colocação no ranking Doing Business ao fortalecer seu ambiente de negócios	74
Expediente	77

Sumário Executivo

Em 2013, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico buscou promover o olhar gerencial focado em resultados. Este acompanhamento das ações e projetos e de seus resultados faz parte de uma linha de gestão baseada na responsabilização e disseminação das prioridades organizacionais da Secretaria entre os seus líderes. No que se refere à liderança, a filosofia é desenvolver uma gestão transparente, com responsabilidades claras.

Para auxiliar na definição de metas, empreendeu-se um trabalho de benchmarking de melhores práticas na gestão pública e comparações com desempenho de outros Municípios. Por meio da observação de melhores práticas, a Secretaria saiu em busca de soluções que já tivessem sido implementadas com sucesso em outras cidades de grande dimensão. Por meio da comparação de resultados, buscou-se estabelecer parâmetros de sucesso.

Com base nesta visão a Secretaria focou em cinco grandes objetivos estratégicos ao longo de 2013, objetivos em torno dos quais continuará trabalhando em 2014. São eles:

- 1) INCREMENTAR RECEITAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS;**
- 2) BUSCAR MAIOR QUALIDADE NO GASTO PÚBLICO E PROMOVER O EQUILÍBRIO FISCAL;**
- 3) PRESTAR SERVIÇO DE QUALIDADE AO MUNÍCIPE E AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA;**
- 4) PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, TECNOLÓGICO E DE RH;**
- 5) PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.**

Para garantir a execução de cada objetivo estratégico, foram atrelados a eles projetos e suas respectivas ações, que objetivaram uma série de avanços em 2013. Diversos projetos terão ações que continuarão a ser desenvolvidas ao longo dos próximos anos. Os objetivos, projetos e ações são acompanhados pela Secretaria através do Sisplan, uma ferramenta de gestão que permite monitorar o andamento de projetos, seus responsáveis e respectivos prazos. A evolução em cada um dos objetivos estratégicos pode ser mensurado com base em indicadores desenvolvidos especificamente para avaliar esses resultados.



Sisplan - Sistema de Acompanhamento do Plano de Ações

Objetivos	Status	Responsável		Indicadores de Sucesso
1. Incrementar receitas tributárias e não tributárias	Todos	Todos	Filtrar	 
2. Buscar maior qualidade no gasto público e promover o equilíbrio fiscal	Todos	Todos	Filtrar	 
3. Prestar serviço de qualidade ao municípe	Todos	Todos	Filtrar	 
4. Promover o desenvolvimento organizacional, tecnológico e de R.H	Todos	Todos	Filtrar	 
5. Promover o desenvolvimento econômico no Município de São Paulo	Todos	Todos	Filtrar	 

[Relatório de Pendências](#)

Tela de Objetivos do Sistema de Acompanhamento do Plano de Ações (Sisplan)

Ao longo do ano, a gestão buscou reforçar institucionalmente o desenvolvimento organizacional da Secretaria, isso parte de um reconhecimento de que somente através de um quadro de servidores capacitados e com boas condições de trabalho a Secretaria conseguirá desempenhar plenamente seu papel e atingir as metas estabelecidas. Neste sentido, em 2013 empreendeu-se uma revisão organizacional da Secretaria com a criação de algumas áreas-chave. Assim, foram criadas, por exemplo, a Escola Municipal de Administração Fazendária (EMAF), com o objetivo de desenvolver programas de capacitação para os servidores de Finanças, e o Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município (DECAP), de SUTEM, responsável por coordenar os trabalhos relacionados às entidades da Administração Indireta.

Além disso, no mesmo ano se concretizou o início da mudança das instalações da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico para o histórico edifício Othon.

Durante 2013, focou-se ainda na desburocratização e automatização de processos, por meio de um trabalho de informatização dos mesmos. Novos sistemas foram desenvolvidos e implementados, como o novo modelo de DTCO para recolhimento do ISS Habite-se. Além disso, novas funcionalidades foram adicionadas aos sistemas que já existiam, como o caso do envio de avisos eletrônicos de pendências no CADIN.

Esses aperfeiçoamentos organizacionais e tecnológicos contribuíram para que a Secretaria enfrentasse o desafiador panorama das finanças públicas no Município de São Paulo. As dificuldades são conhecidas: um orçamento com pouca flexibilidade, forte pressão de custeio e elevado índice de endividamento, que atrofiam a capacidade e investimentos da Prefeitura. Isso se reflete em um nível historicamente baixo de investimentos em relação a outros grandes municípios brasileiros, o que levou à depreciação de infraestrutura da cidade.

Do esforço para vencer esses desafios derivaram muitas das ações e objetivos estratégicos da Administração Municipal ao longo de 2013. Destacam-se os esforços para conter o crescimento do custeio, elevar as receitas tributárias e não tributárias e aumentar os recursos disponíveis para investimentos, de forma a garantir a execução do Programa de Metas da Prefeitura. Pela primeira vez em pelo menos 15 anos, a Administração Municipal conseguiu, em seu primeiro ano de gestão, destinar mais recursos a investimentos do que o último ano da gestão anterior. Ao todo, investiu-se R\$ 3,85 bilhões em 2013, um aumento de 5,4% em relação a 2012.

Finalmente, neste ano, a Secretaria de Finanças adicionou ao seu nome e aos seus objetivos estratégicos o Desenvolvimento Econômico. A mudança possibilitou que a gestão das finanças públicas (inclusive tributária) fosse revisitada à luz dos desequilíbrios econômicos e sociais da

cidade. Zelar pelo equilíbrio financeiro e fiscal e garantir arrecadação de receitas é essencial, mas não suficiente, para o desenvolvimento da cidade de São Paulo. É preciso encontrar soluções que permitam dar o salto de investimentos que a cidade merece.

Os esforços para o desenvolvimento econômico do Município se materializaram em ações como o lançamento do Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste, que uniu a política fiscal com a política de desenvolvimento. Outra ação com este foco foi a criação da São Paulo Negócios, que atua como agência para promoção dos investimentos e da melhoria do ambiente de negócios da Cidade. Já no ano de sua criação, a SP Negócios iniciou a estruturação da Parceria Público Privada da Iluminação.

O presente Relatório de Atividades, assim como o Boletim da Transparência de 2013, e a nova página de contas públicas do Portal da Transparência, comprovam um comprometimento da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico com a prestação de contas ao cidadão. Ao promover a transparência de suas ações e seus resultados, a Secretaria espera abrir o diálogo com a sociedade civil e incentivar um debate consciente sobre a realidade da cidade de São Paulo e os rumos que a Administração Municipal está tomando para o seu progresso.



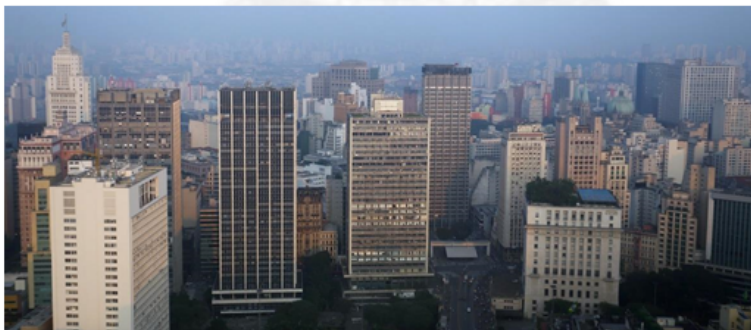
Principais Resultados da Gestão Financeira e da Secretaria de Finanças em 2013

- Crescimento de 8,2% das Receitas Correntes¹ (1,9% acima da inflação), puxado por forte crescimento das Receitas Tributárias próprias (4,5% de crescimento real em São Paulo, maior que a média de capitais comparáveis²).
- Reversão da tendência de crescimento das despesas de custeio acima das receitas correntes (crescimento das despesas correntes de 7,6% versus crescimento médio de 12,1% entre 2009-12)
- Contenção das despesas de terceiros (33,8% do total das despesas), com crescimento de 9,5% versus 16,6% da média 2009-12
- Crescimento de 8,8% da Poupança Corrente (versus redução de 8,0% em 2012), aumentando a capacidade de investimento
- Celebração de Convênios no âmbito do PAC que somam repasses de R\$ 5,7 bilhões a serem realizados nos próximos anos
- Crescimento de 22,1% nas Transferências Federais para Saúde, trazendo R\$ 264 milhões a mais para a Cidade
- Maior nível de investimentos da história (R\$ 3,8 bilhões) e ineditismo no crescimento dos investimentos em primeiro ano de gestão
- Manutenção do equilíbrio fiscal em todas as fontes de recursos e metas de Resultado Primário e Nominal atingidas

¹ Exceto Deduções

² São consideradas capitais comparáveis: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre

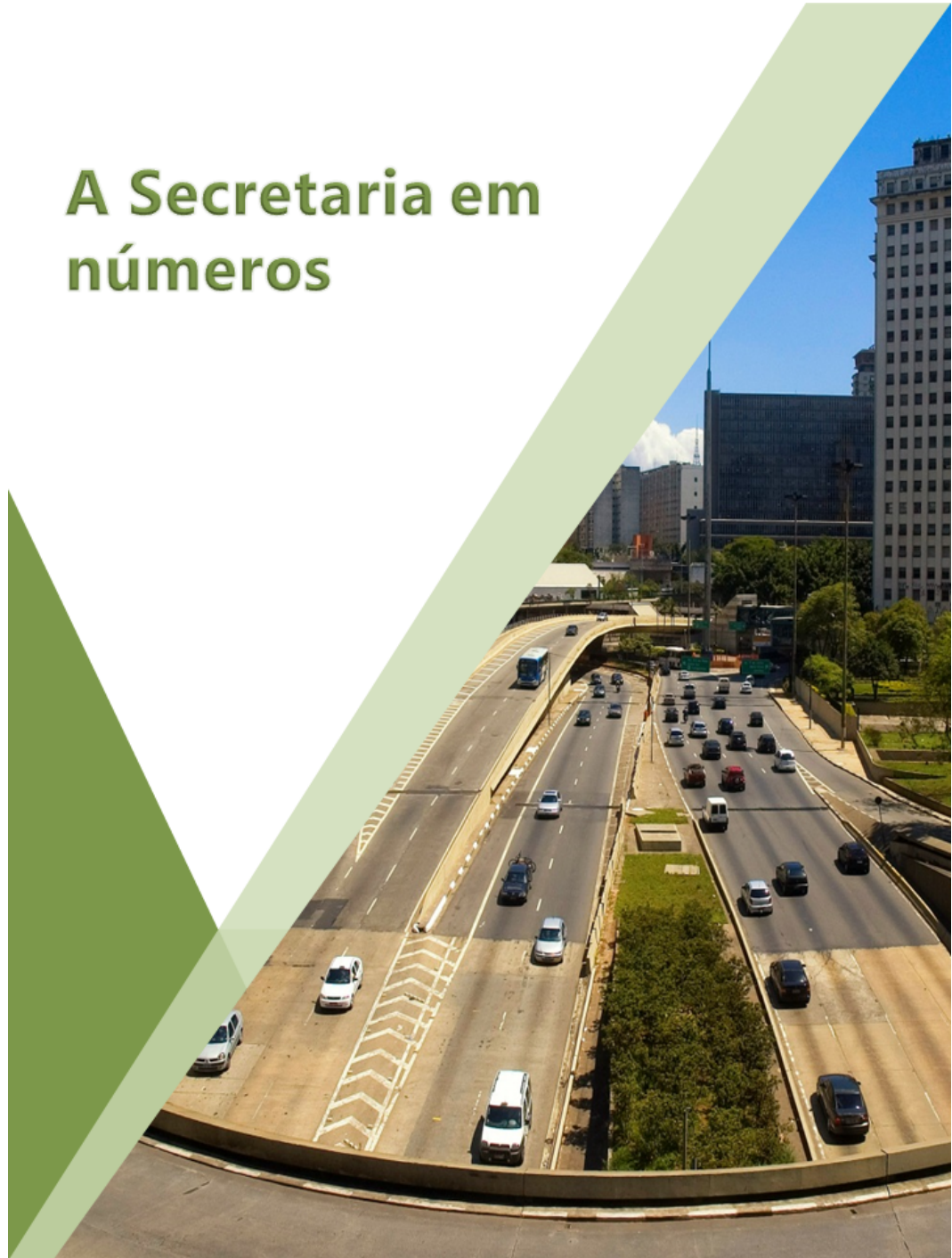
- Criação da SP Negócios com o objetivo de aumentar a atração e promoção de investimentos na cidade
- Retomada de projetos de concessões e PPP³ no Município, com a estruturação da PPP da Iluminação, o que ampliará os investimentos na Cidade
- Criação do Programa de Incentivos Fiscais para a Zola Leste com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e aquecimento econômico da região.
- Criação da Divisão do Simples Nacional e DIPAM / DISDI para aprimoramento da fiscalização dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional (crescimento de 26% do ISS arrecadado mensalmente com empresas do Simples Nacional)
- Criação do Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município – DECAP para melhor acompanhamento da Administração Indireta
- Novos sistemas e novas funcionalidades desenvolvidos e implementados, que desburocratizaram processos, reduziram custos operacionais e aumentaram o controle sobre a gestão
- Mais de 80 servidores iniciaram MBAs, em Gestão Tributária e Finanças Públicas, por meio de parceria da EMAF com a Fundação Dom Cabral
- Início do processo de estruturação para a mudança de suas instalações para o histórico Edifício Othon.



³ Parcerias Público-Privadas

⁴ Comparando-se os meses de dezembro/2012 com dezembro/2013

A Secretaria em números



A Secretaria de Finanças em Números



585 Auditores Fiscais Tributários Municipais
494 Assistentes de Gestão de Políticas Públicas
77 Agentes de Apoio

67 Especialistas em Administração,
Orçamento e Finanças Públicas

36 Comissionados

8 Procuradores do Município

67 Outros Cargos

Total: 1334 servidores



Prestadores de serviço autorizados
a emitir a Nota Fiscal
Paulistana em
dezembro
de 2013



464.322



3.186.315 imóveis sujeitos ao IPTU

165.570 imóveis sujeitos ao ITBI



594.425 atendimentos na
Praça da Secretaria de Finanças
em 2013

Cerca de 2400 atendimentos por dia*

*Considerando-se os 256 dias úteis de 2013.



Estoque de processos administrativos em 2013

Subsecretaria do Tesouro Municipal (SUTEM)

Subsecretaria da Receita Municipal (SUREM)



Objetivos estratégicos



A seguir serão apresentadas as principais realizações da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico dentro de cada objetivo estratégico e indicadores de seus resultados.

I. Incremento das receitas tributárias e não tributárias



1. Incremento da Receita Tributária

Em 2013, a Receita Tributária teve uma variação nominal positiva de 11,2%. O aumento pode ser explicado por uma série de projetos desenvolvidos pela Secretaria, como os ajustes na base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e na base de cálculo dos serviços do setor de saúde, além de importantes mudanças tecnológicas, como a automatização do recolhimento do Imposto Sobre Serviços em setores específicos (ISS Habite-se e cartórios).

Receitas Tributárias	2012	2013	Variação		R\$ Milhões
			Nominal	Real	Participação na Receita Total
Impostos	16.428	18.237	11,0%	4,5%	47,4%
IPTU	4.976	5.445	9,4%	3,0%	14,2%
ISS	9.101	10.098	11,0%	4,5%	26,3%
ITBI	1.197	1.409	17,7%	10,8%	3,7%
Demais Impostos	1.155	1.285	11,3%	4,8%	3,3%
Taxas	219	281	28,5%	20,6%	0,7%
Subtotal	16.647	18.518	11,2%	4,7%	48,1%
Deduções	-39	-102	161,5%	146,4%	-0,3%
Depósitos Judiciais	891	48	-94,6%	-95,0%	0,1%
Total	17.499	18.464	5,5%	-0,6%	48,0%

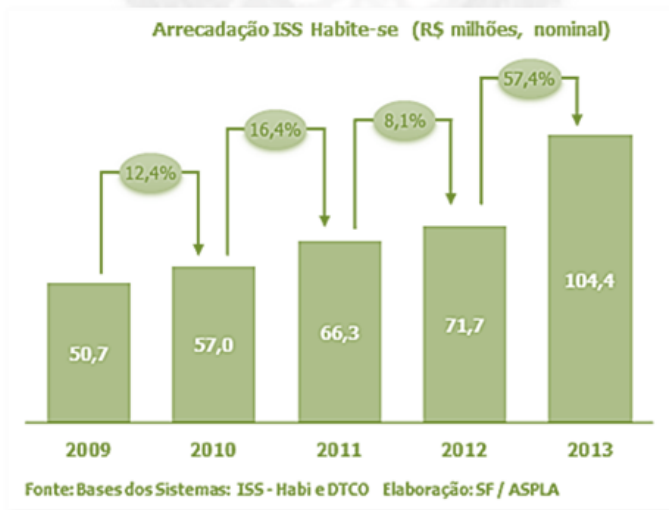
Fonte: SOF. Elaboração: SF/ASPLA

A seguir, apresentaremos alguns dos projetos e medidas que mereceram destaque no ano de 2013 e que contribuíram positivamente para o resultado global.

1.1. ISS Habite-se

O processo do recolhimento do ISS Habite-se passou, em 2013, por importantes alterações, que aprimoraram os sistemas envolvidos na arrecadação e na gestão do tributo. Em maio, foi editada a Instrução Normativa SF/SUREM nº 3/2013 que definiu o rol de serviços (empreitadas e subempreitadas) aceitos para a dedução da base de cálculo do ISS devido, desde que o valor já tenha sido recolhido. A definição do rol de serviços contribuiu para melhoria da administração tributária ao reduzir a subjetividade na análise de quais despesas poderiam ser utilizadas para dedução da base de cálculo do tributo devido.

Durante o ano, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico desenvolveu uma nova ferramenta, disponibilizada em janeiro de 2014, que permite aos contribuintes indicar, nos sistemas da Prefeitura, as Notas Fiscais Eletrônicas (NFS-e), as notas em papel e as Notas Fiscais Eletrônicas do Tomador/Intermediário de Serviços (NFTS) que serão utilizadas para dedução da base de cálculo do tributo.

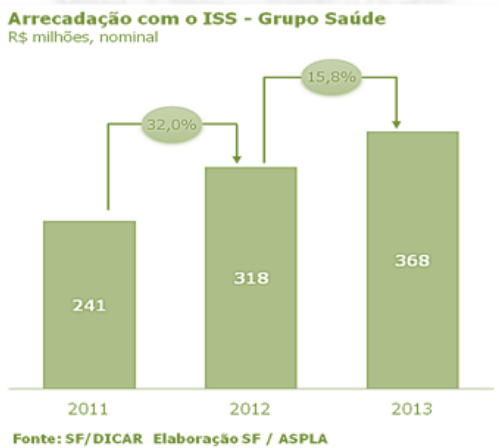


O sistema verifica se as notas incluídas pelo interessado já foram utilizadas, analisa previamente se a dedução é cabível e verifica a existência de recolhimentos, simplificando e aumentando a segurança do processo de obtenção do Certificado de Quitação do ISS.

Aliadas às mudanças de gestão, as alterações do processo impactaram positivamente na arrecadação do imposto. Em 2013, o valor arrecadado foi de R\$ 104,4 milhões, acréscimo de 45,7% sobre o valor arrecadado em 2012. Veja mais sobre as melhorias no processo de recolhimento do ISS Habite-se nas páginas 42 e 43.

1.2. Sistemática da tributação dos planos de saúde (ISS)

Desde 2011, a Secretaria de Finanças vem aprimorando a legislação e processos de tributação referentes aos planos de saúde. Em 2013, disponibilizou, por meio do site <http://nfpaulistana.prefeitura.sp.gov.br>, novo espaço para que os prestadores de serviços de planos de saúde indiquem as notas fiscais eletrônicas – NFS-e e notas fiscais do tomador/intermediário de serviços – NFTS correspondentes aos repasses realizados por eles aos prestadores da área de saúde.



Em observância ao disposto na Lei 15.406, de 08/07/2011, tais repasses deverão ser excluídos da base de cálculo do ISS e o crédito tributário constituído através da Declaração do Plano de Saúde – DPS.

A DPS é uma obrigação acessória que consiste na escrituração mensal, pelos prestadores dos serviços de plano de saúde e congêneres, dos documentos que comprovem os valores cobrados do usuário dos serviços por eles prestados e dos repasses a prestadores de serviços de saúde, para fins de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS devido mensalmente.

O novo sistema implementado teve como objetivo o aumento de arrecadação, por meio do estabelecimento de empresas no Município e diminuição do contencioso administrativo e judicial. Em 2013, o grupo saúde obteve crescimento nominal de 15,8% em relação a 2012.

1.3. Atualização do Valor Venal de Referência (ITBI)

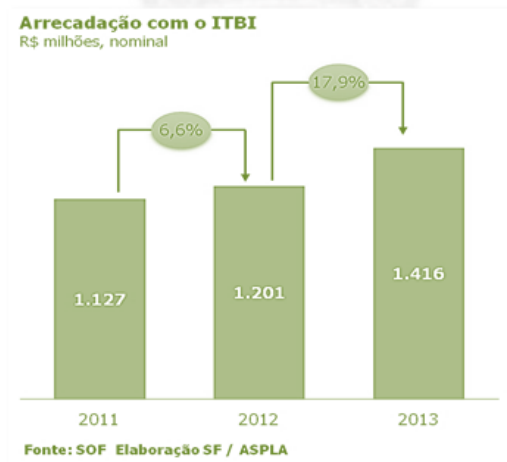
A base de cálculo do ITBI é o Valor Venal dos bens ou direitos transmitidos, assim entendido o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado em condições normais de mercado para compra e venda à vista. A base de cálculo do ITBI é sempre o maior valor entre o valor de transação e o Valor Venal de Referência (VVR), fornecido pela Prefeitura de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 51.627/2010 e a Lei nº 11.154/1991.

Para manter a base de cálculo do imposto atualizada, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico realiza, periodicamente, estudos para a revisão dos valores de m² de construção e terreno para se chegar o mais próximo do valor real de mercado. Desta forma o VVR é sempre comparado à valorização imobiliária dos últimos anos.

Ao longo de 2013, a Secretaria de Finanças realizou um levantamento de uma amostra de

transações imobiliárias e uma análise quanto aos preços praticados no mercado, a fim de se aplicar correções diferenciadas em razão da localização do imóvel.

Ajustar o VVR para valores mais próximos daqueles praticados no mercado imobiliário é uma necessidade para atualizar a base de cálculo segundo a realidade do mercado imobiliário e evitar perdas na arrecadação do imposto. Medidas como essa, junto com a dinâmica do mercado imobiliário, ajudaram a garantir o aumento de 17,9% na arrecadação do imposto ao longo do ano de 2013.



1.4. Esforços contra a guerra fiscal Projeto de Lei 366/2013

Visando evitar a guerra fiscal entre municípios do Estado de São Paulo, a Prefeitura participou de um debate junto ao governo federal para a aprovação do Projeto de Lei 366/2013, que atualiza as principais leis que regem nacionalmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISS. O PL já foi aprovado pelo Senado e atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

Com os esforços pela aprovação, São Paulo assume uma posição de liderança na discussão que beneficia todos os municípios do Brasil. O PL prevê sanção aos municípios que estabeleçam alíquota efetiva do ISS, menor do que 2%. De acordo com o projeto, caso a regra não seja cumprida, os prefeitos dos municípios passarão a incorrer na Lei de Improbidade Administrativa.

O Projeto de Lei também prevê que os municípios prejudicados possam entrar com ação judicial relacionada ao descumprimento da alíquota efetiva, sem que haja necessidade de aguardar providências apenas do Ministério Público.

Outra mudança é o acréscimo de alguns itens da lista de serviços sobre os quais incide o imposto. Pela nova lei, entrariam na lista serviços como processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, páginas eletrônicas e sistemas de informação, disponibilização de aplicativos, conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto em páginas eletrônicas e inserção de materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio. Essas inclusões acrescentariam entre R\$ 199,1 milhões e R\$ 497,3 milhões à arrecadação.

Caso aprovado, o projeto de lei também definirá como destinatário do percentual de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, o município onde foi realizada a transação de compra, e não o município distribuidor da mercadoria.

Desta forma, quanto maior o fluxo de compra e venda na cidade de São Paulo, maior a contribuição à qual o Município terá direito. A medida traria acréscimos de R\$ 403,9 milhões às contas públicas da cidade de São Paulo.

1.5. Divisão do Simples Nacional e DIPAM

Em 2013, houve um aperfeiçoamento da sistemática de monitoramento e fiscalização dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional. No primeiro semestre do ano, foi realizado um estudo sobre a situação desta área, seguido da implantação da Divisão de Fiscalização do Simples Nacional.

Essa ação buscou aperfeiçoar a sistemática de monitoramento e fiscalização, com enfoque em uma gestão eficiente e moderna dos tributos recolhidos pelos optantes do Simples Nacional.

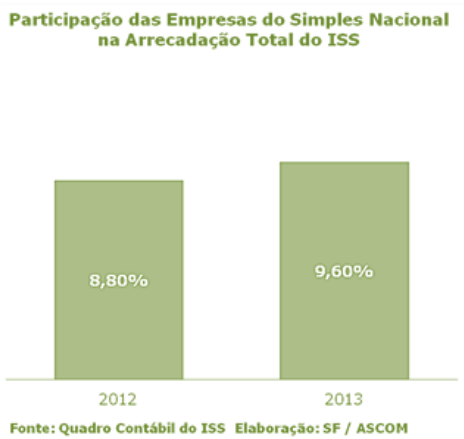
Com a medida, a Secretaria buscou criar uma atuação coordenada a fim de estimular o desenvolvimento das empresas, bem como a arrecadação tributária no setor por meio de utilização de malhas fiscais para apuração de omissões de receitas, identificação de ocorrências de vedações à inclusão, e hipóteses de exclusão do regime.

Criou-se uma sistemática adequada à fiscalização dos contribuintes no modelo do SEFISC, o Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso.

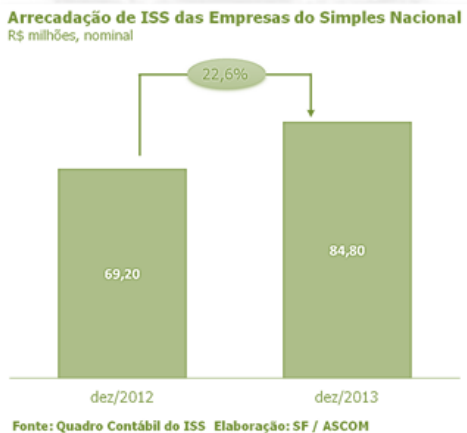
Para coordenar esses esforços foi criada uma divisão específica (Divisão do Simples Nacional e DIPAM / DISDI). A Divisão é responsável pela revisão da legislação interna adequando-a às competências da DISDI, bem como as atualizações da Legislação Federal, desenvolvendo técnicas de gestão, monitoramento e fiscalização dos contribuintes optante pelo Simples Nacional.

No 2º semestre de 2013, houve significativo aumento de participação do Simples Nacional no total de arrecadação do ISS.

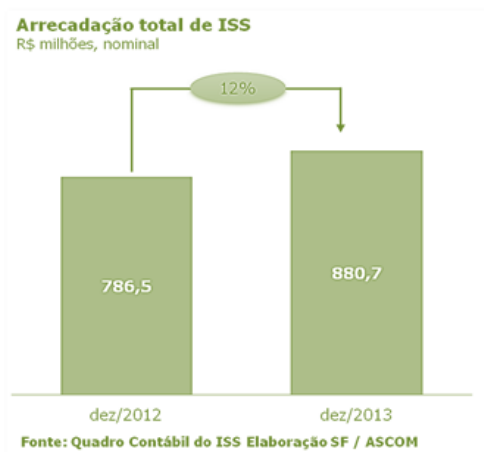
Em comparação com o 2º semestre de 2012, o Simples ganhou 0,5 pontos percentuais de participação, saindo de 8,8% no 2º semestre de 2012 para 9,3% no 2º semestre de 2013.



Os valores da arrecadação (em milhões) de ISS das Empresas do Simples Nacional foi de R\$ 69,2 milhões em dezembro de 2012. Em dezembro de 2013, saltou para R\$ 84,8 milhões. Desta forma, o Simples cresceu 22,6% em termos nominais (e 15,8% descontado o IPCA em relação a dezembro de 2012).



A arrecadação total de ISS teve um crescimento nominal de 12%, equivalente a 5,7% em termos reais, de dezembro de 2012 para dezembro de 2013. Em dezembro de 2012, a arrecadação total de ISS ficou em R\$ 786,5 milhões. Em dezembro de 2013, atingiu R\$ 880,7 milhões.



Indicador de Resultado - Análise Comparativa

As diversas ações empreendidas visando ao crescimento das receitas tributárias em 2013 já surtiram efeitos positivos. A arrecadação dos tributos próprios (ISS, IPTU e ITBI) de São Paulo cresceu 4,5%, acima da média do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (4,4%). No período em referência, a receita do Rio de Janeiro foi impactada positivamente pelo lançamento do PPI Carioca (Programa de Pagamento Incentivado de Débitos Tributários).

Capitais	2013 - Valor Nominal				Crescimento Real (2012/2013)			
	ISS	IPTU	ITBI	TOTAL	ISS	IPTU	ITBI	TOTAL
São Paulo	10.098	5.445	1.409	16.951	4,5%	3,0%	10,8%	4,5%
Outras Capitais	6.396	2.893	1.372	10.661	4,8%	4,9%	2,0%	4,4%
Rio de Janeiro	4.796	1.840	787	7.422	5,4%	6,9%	-0,5%	5,1%
Belo Horizonte	926	754	350	2.030	1,7%	2,0%	6,8%	2,7%
Porto Alegre	675	299	235	1.209	4,2%	0,3%	3,6%	3,1%

Fonte: SISTIN Elaboração SF / DICAR

1.6. Núcleo de Grandes Contribuintes

Para coordenar ações de acompanhamento dos contribuintes de maior interesse da arrecadação, a Subsecretaria da Receita Municipal (SUREM) reforçou as atribuições da Assessoria de Grandes Contribuintes.

A área coordena e promove a articulação entre as diversas áreas da Subsecretaria, para o desenvolvimento das atividades relativas ao atendimento e ao acompanhamento dos Grandes Contribuintes.

O relacionamento com esses contribuintes inclui visitas técnicas, envios de correspondência e orientação tributária, assim como levantamento de débitos e auxílio na solução de problemas específicos junto à Prefeitura.

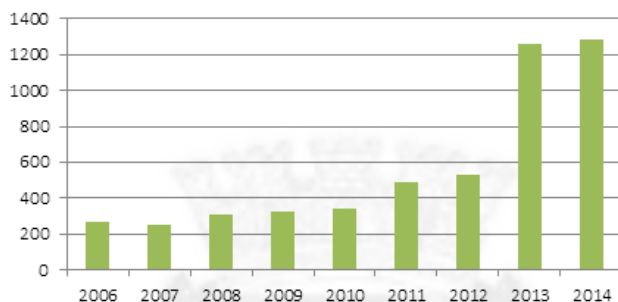
A Assessoria de Grandes Contribuintes prioriza o atendimento de às demandas que, caso não sejam resolvidas com extrema rapidez, podem ocasionar grandes prejuízos ao erário público municipal.

A elaboração do ranking dessas empresas é efetuada no mês de fevereiro de cada ano, tomando como base a arrecadação do exercício anterior.

Aliado à conjuntura econômica, o reforço do acompanhamento a estes contribuintes, contribuiu para dobrar o número de grandes contribuintes entre 2012 e 2014. Hoje, a participação dos grandes contribuintes corresponde a 60% da arrecadação total do ISS.

O monitoramento permitiu à Administração arrecadar mais de R\$ 152 milhões em 2013.

Quantidade de Grandes Contribuintes



Ano	Contribuintes
2006	268
2007	254
2008	308
2009	327
2010	340
2011	489
2012	528
2013	1262
2014	1280

Resultados do Monitoramento de 2013

ISS	R\$ 152.010.925
TFA	R\$ 117.669
TFE	R\$ 139.440
Total: R\$ 152.268.034	

Fonte: SF/SUREM/AGC

2. Incremento das receitas não tributárias

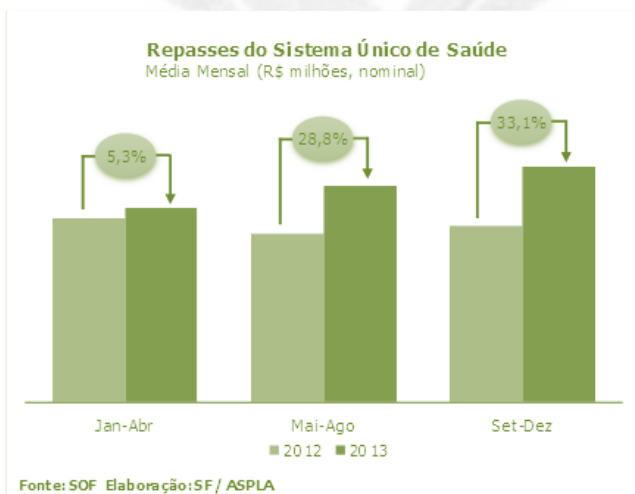
Ao longo do ano, a gestão esforçou-se para trazer ao Município de São Paulo mais recursos da União e do Estado. As ações de enquadramento dos programas municipais às normais federais renderam resultados significativos, como um aumento de 22,1% em repasses do SUS e R\$ 5,7 bilhões de contratos assinados pelo PAC.

2.1. SUS

Os resultados dessas ações já podem ser vistos, por exemplo, na ampliação de repasses federais para o SUS, que mostraram um crescimento nominal de 22,1% ao longo de 2013.

Repases do SUS	R\$ Milhões	Variação	
		Nominal	Real
2013	1.459	22,1%	14,8%
2012	1.195	11,4%	5,6%
2011	1.072	3,3%	-3,1%
2010	1.038	-3,1%	-7,7%

Fonte: SOF Elaboração: SF/ASPLA



2.2. Equipe de acompanhamento das obrigações previdenciárias

Em 2013, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico criou uma equipe com a função específica de acompanhar as diversas unidades da Administração Municipal e auxiliá-las no cumprimento de suas obrigações acessórias.

Estar em conformidade com as obrigações acessórias é indispensável para a obtenção da Certidão Negativa de Débito (CND) perante a Receita Federal, que é uma das condições necessárias para garantir o recebimento de repasses federais e estaduais.

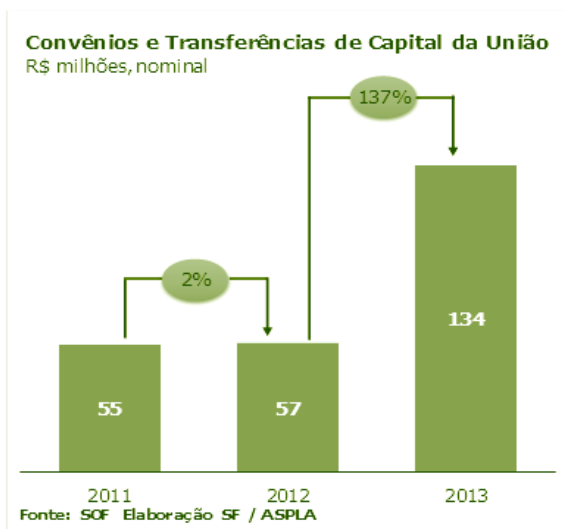
2.3. PAC

Foram assinados contratos com o Governo Federal pelo PAC totalizando R\$ 5,7 bilhões. Ao todo, as transferências de capital da União para São Paulo cresceram nominalmente 140% no ano.

Contratos assinados, por função:	Valores
Mobilidade (Transportes)	R\$ 2.415.237.297
Urbanização (neste item incluem-se os mananciais e uma encosta)	R\$ 1.528.770.621
Drenagem (Saneamento)	R\$ 1.558.617.996
Turismo (inclui os itens de Comércio e Serviços, e Desporto e Lazer)	R\$ 260.000.000
Total	R\$ 5.762.625.917

Indicador de Resultado - Repasses da União

A adequação dos projetos municipais aos programas federais proporcionou um bom desempenho nos repasses da União voltados aos projetos de investimentos, o que é demonstrado no gráfico a seguir:



II. Qualidade no gasto público e promoção do equilíbrio fiscal



II. Qualidade no gasto público e promoção do equilíbrio fiscal

Buscando o equilíbrio fiscal e uma maior qualidade no gasto público, logo no início de 2013, a Secretaria criou um programa para revisão dos contratos da Prefeitura com terceiros, a fim de obter economia de, no mínimo, 20%. Além disso, desenvolveu uma diretriz para que esses contratos passassem a ser reajustados segundo o Índice IPC-FIPE, e não mais segundo índices setoriais, como vinha ocorrendo. Estima-se que as duas ações tenham gerado uma economia superior a R\$ 800 milhões para a cidade. A Prefeitura determinou também a realização prioritária dos pregões eletrônicos em detrimento dos pregões presenciais para a aquisição de bens e serviços comuns, o que deve gerar mais transparência, mais competição e, portanto, mais economia nos processos de licitação.

3. Aperfeiçoamento dos procedimentos de compras

Em 2013, a Prefeitura estabeleceu diversas medidas para melhoria da gestão e redução do custeio. O Decreto 54.102/2013 determinou que a aquisição de bens e serviços comuns por todos os Órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta agora é obrigada a ser precedida de licitação na modalidade pregão na sua forma eletrônica a ser realizada por meio de utilização da Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, do Governo do Estado, do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, ou do Licitações-e – o sistema de compras do Banco do Brasil.

O pregão presencial pode ser adotado apenas excepcionalmente e mediante autorização fundamentada do titular do órgão da administração direta e indireta, sendo que, nesse caso, devem ser imediatamente comunicadas a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria Geral do Município, que acompanha o cumprimento do decreto e pode suspender procedimentos licitatórios instaurados em desacordo com suas disposições.

A obrigatoriedade de se priorizar o pregão eletrônico em detrimento do pregão presencial teve como objetivo trazer maior racionalização no uso de recursos públicos e mais

transparência e impessoalidade aos procedimentos de compras dos órgãos e entidades da Prefeitura.

A utilização do pregão eletrônico, pela transparência dos procedimentos envolvidos, permite a ampliação do controle social, e maior impessoalidade ao processo, uma vez que todo o contato com os licitantes se dá por meio eletrônico.

4. Fiscalização e gestão de contratos

Além da utilização prioritária dos pregões eletrônicos, foi aperfeiçoado o modelo de gestão e fiscalização de contratos no município. O modelo foi instituído com a edição do Decreto Nº 54.873, de fevereiro de 2014 e da Portaria SF 45 de 20 de março de 2014,.

A edição de normativo municipal específico para disciplinar as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras de contratos e pelos fiscais de contrato possibilitou a definição clara das atribuições e responsabilidades de cada um, de forma a permitir, no conjunto, maior eficiência da administração.

Gestão e fiscalização de contratos são dois institutos distintos e não devem ser confundidos.

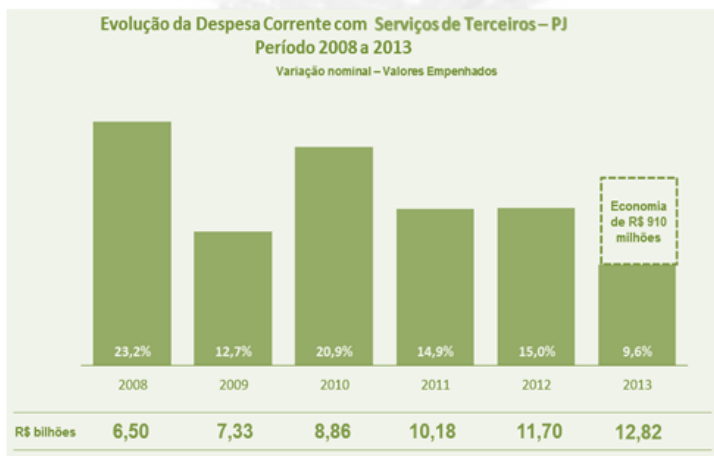
A gestão é o serviço geral de gerenciamento de todos os contratos, exercida por uma unidade administrativa (setor).

A fiscalização é pontual, consistindo na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários e adoção de providências cabíveis ao fiel cumprimento do ajuste, de acordo com o avençado no termo de contrato e respectivos termos aditivos.

5. Revisão de contratos

No início de 2013, foram avaliados e revistos todos os contratos existentes na Administração Municipal. O objetivo era promover uma ampla renegociação, aumentando a capacidade de investimento por meio do controle e da redução dos custos. Foram analisados, então, mais de 1.000 contratos, os quais passaram por revisões de preço ou redução quantitativa. Desta forma, novos contratos para impressão de documentos eletrônicos, como carnês do IPTU, e cupons de Valet, e novos contratos de segurança, limpeza de prédios e telecomunicações, por exemplo, resultaram em uma economia estimada em R\$ 500 milhões de reais. Graças a essas medidas, foram alcançados 27% de economia em 2013.

Com essa alteração, a Prefeitura também deixou de assumir os riscos ordinários dos fornecedores, que são inerentes à atividade empresarial (como, por exemplo, dissídios e variações de custos de matéria prima), e que, portanto, devem ser considerados na definição do preço do serviço que ofertam na ocasião do procedimento licitatório. Determinou-se que, caso os fornecedores não aceitassem rever os contratos com base no IPC-FIPE, se abrisse nova licitação quando estes contratos expirassem.



Elaboração: SF/ASPLA

5.1. Política de reajuste

Ao longo do trabalho de renegociação dos contratos, percebeu-se que a utilização de índices de inflação setoriais era responsável por parcela considerável do crescimento médio anual (2009-2011) de 15,6% do custeio com serviços de terceiros.

Buscou-se, então, um único índice que garantisse a recomposição do valor da moeda ao fornecedor, mas que não incluísse o repasse dos demais custos ordinários à Administração.

O uso de um índice geral para reajuste dos preços é considerado uma boa prática para Administrações Públicas. Como exemplos, o Município do Rio de Janeiro utiliza o IPCA-E desde 2001 e o Estado de São Paulo utiliza o IPC-FIPE desde 2003.

Optou-se pelo Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC-FIPE) por ser composto de uma cesta de bens e serviços cujos preços são coletados no próprio Município de São Paulo.

Com isso, a variação de preços captada retrata melhor a realidade econômica da região, onde a empresa contratada presta o serviço.

6. Fiscalização de recursos adiantados

Como se sabe, há a possibilidade de adiantamento de recursos, com valor de até R\$ 8 mil, para pequenas despesas a determinados servidores de entidades do governo municipal. No início de 2013, havia um estoque de R\$ 8 milhões de recursos adiantados pela Prefeitura com essa finalidade às suas diversas unidades sem a devida prestação de contas.

A Secretaria de Finanças montou força tarefa para ajudar as unidades a regularizarem a situação, seja por meio da adequada prestação de contas dos valores utilizados ou por meio

da devolução dos recursos adiantados. Essa ação ainda está em andamento, mas, até o fechamento de 2013, já haviam sido regularizados, seja por devolução dos valores ou prestação de contas, o montante de R\$ 6.5 milhões dos R\$8 milhões de recursos em aberto. A parcela restante está em fase final de regularização.

7. Qualidade de gastos e equilíbrio fiscal na Administração Indireta

As entidades da Administração Indireta também foram incluídas no esforço de racionalização da utilização dos recursos públicos. Foi criado um departamento específico, na estrutura da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para monitoramento das referidas entidades, que estão sujeitas a compromissos de desempenho institucionais: contendo metas para redução de custeio, otimização do quadro de pessoal e entrega de produtos e serviços. Como efeito, tais medidas poderão resultar economia superior a R\$ 190 milhões até 2016.

A Prefeitura de São Paulo, visando adotar melhores práticas de Governança nas Empresas Municipais, Autarquias e Fundações Públicas (entidades que compõem a chamada Administração Indireta), realizou uma série ações nos últimos meses que geraram economia estimada em cerca de R\$ 40 milhões em 2013. A previsão é de que, até 2016, a Prefeitura economize cerca de R\$ 190 milhões como resultado dessa iniciativa. Entre as ações estiveram mudanças como a padronização da remuneração de diretores, a adequação no quadro de funcionários, a assinatura de acordos de desempenho focados em resultados, e a simplificação de processos.

A racionalização dos gastos foi reflexo direto da publicação do decreto 53.916/13, que estabeleceu a obrigatoriedade de assinatura de Compromissos de Desempenho Institucional (CDI) por todas as entidades e criou o Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta.

Por meio da assinatura destes compromissos, as empresas municipais, autarquias e

e fundações obrigaram-se ao atingimento de metas de resultado econômico, financeiro e, principalmente, operacional. Paralelamente, ao Comitê de Acompanhamento, órgão intersecretarial formado pelas Secretarias de Finanças, Planejamento, Negócios Jurídicos, Governo e Controladoria, coube o monitoramento do cumprimento destas metas, servindo de canal de comunicação direta entre a Prefeitura e essas entidades.

Com base em parecer emitido pelo Comitê de Acompanhamento a respeito da execução das metas fixadas no Compromisso de Desempenho, a Junta Orçamentário-Financeira (JOF) aprova ou rejeita a condução da gestão realizada, podendo aplicar sanções em caso de descumprimento dos acordos, que variam de simples recomendações ao congelamento de repasses do Município e à destituição da Diretoria da entidade. A JOF é responsável ainda por avaliar contratos da Administração Indireta que superem R\$ 50 milhões, avaliando seus impactos sobre a execução orçamentária e o nível de endividamento da entidade.

As novas medidas foram inauguradas com o objetivo de garantir mais transparência e melhor aplicação dos recursos públicos, uma vez que, de cada R\$ 10,00 arrecadados pela Prefeitura, cerca de R\$ 3,00 são aplicados por meio das entidades da Administração Indireta. Para se ter uma dimensão da importância destas despesas, de todas as Receitas da Prefeitura em 2013, 28% foram gastos de forma descentralizada, totalizando mais de R\$ 9 bilhões.

7.1. Implantação do Sistema SADIN e criação do Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município – DECAP

A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico empreendeu esforços em 2013 para colaborar com a melhoria de resultados por parte das entidades da Administração Indireta (autarquias, empresas e fundações).

O decreto que criou os CDI também estabeleceu a possibilidade da criação de núcleos para trabalhos técnicos e pesquisas em cada uma das secretarias. O recém-criado Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município – DECAP, da Secretaria de Finanças, passou a ser o responsável por coordenar as atividades do Núcleo Técnico dessa Secretaria, além coordenar os trabalhos relacionados às entidades da administração indireta.

O trabalho do DECAP já trouxe importantes resultados, entre eles a instalação de um sistema integrado de gestão, o SADIN, que concentra informações de todas as entidades, com seus resultados e expectativas, e gera relatórios automaticamente. O Departamento então revisa os relatórios e produz uma análise detalhada de casos em que haja variação significativa ou ocorrência incomum.

prefeitura.sp.gov.br Secretaria Municipal de Finanças Desenvolvimento Econômico

DECAP - Defesa dos Capitais e Haveres

SADIN

Modo Impressão

Planos em Mês

valores em R\$ mil	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	A-B
1 Receitas Próprias	408	212	829	666	676	533	528	737	651	652	652	752	701
1.1 Outras Inscr.	417	206	824	661	671	528	522	731	646	646	646	746	677
1.2 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3 Outras Receitas Próprias	12	12	5	5	5	6	5	6	6	6	6	6	24
2 Recursos do Tesouro Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
2.1 Aportes de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
2.2 Subvenções Estaduais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3 Transferência Federal/Estadual/...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 Recursos Gerenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 Recursos de Terceiros Retidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Esposos	408	212	829	666	676	533	528	737	651	652	652	752	701
6 Custos	(412)	(290)	(872)	(690)	(508)	(352)	(353)	(572)	(581)	(596)	(607)	(666)	(702)
6.1 Despesas com Pessoal	(207)	(226)	(411)	(484)	(322)	(334)	(359)	(342)	(342)	(342)	(476)	(602)	(512)
6.2 Despesas de Terceiros	(32)	(37)	(81)	(85)	(61)	(82)	(84)	(82)	(83)	(89)	(85)	(89)	(89)
6.3 Material de Consumo	(-)	(-)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(-)
6.4 Despesas Gerais	(40)	(38)	(82)	(84)	(60)	(60)	(60)	(60)	(60)	(60)	(60)	(60)	(60)
6.5 Tributárias	(83)	(89)	(87)	(84)	(73)	(93)	(89)	(104)	(79)	(127)	(134)	(106)	(122)
7 Investimentos	(-)	(-)	(19)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(-)
8 Recursos Gerenciais	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
9 Retenções a Recolher	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Total de Desembolsos	(412)	(290)	(892)	(690)	(507)	(350)	(360)	(579)	(580)	(607)	(713)	(666)	(702)
Líquido	76	(78)	(63)	(24)	168	(18)	(22)	(42)	71	46	(61)	(114)	(1)
Saldo Inicial	1.463	1.719	1.262	1.718	1.488	1.837	1.811	1.779	1.806	3.029	2.074	2.010	1.463
Saldo Final	1.739	1.582	1.718	1.694	1.657	1.811	1.779	1.806	2.029	3.074	2.010	1.896	1.582

Uma tela do sistema SADIN

7.2. Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta

O Decreto nº 53.916/13 criou o Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta, conferindo a presidência ao representante da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico. Este Comitê tem por prerrogativas fazer o assessoramento superior da Junta Orçamentário-Financeira, para assuntos relacionados à Administração Indireta.

Além disso, o Comitê de Acompanhamento manifesta-se previamente acerca de propostas apresentadas por empresas estatais, fundações públicas e autarquias do Município de São Paulo, visando a uma maior eficiência e controle do gasto público.

A assinatura de dezessete Compromissos de Desempenho com entidades da administração indireta, além de iniciativas como a uniformização da forma de remuneração dos Diretores Estatutários das empresas municipais são alguns dos resultados já apresentados pelo Comitê em 2013.

7.3. Manual do Conselheiro Fiscal

Em parceria com a Controladoria Geral do Município, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, criou ainda, em 2013, o Manual do Conselheiro Fiscal, que regula os procedimentos básicos de verificação e fiscalização das empresas municipais autarquias e fundações. Os procedimentos regulamentados no Manual são obrigatórios para os Conselheiros Fiscais indicados por essas duas secretarias, e devem servir como diretrizes para os demais Conselheiros.

O manual lista boas práticas a serem seguidas pelos Conselhos Fiscais das entidades municipais, contribuindo para a qualificação técnica dos trabalhos empreendidos, melhor governança e, conseqüentemente, transparência e melhor prestação de contas das ações

executadas pelas entidades da administração indireta municipal.

O trabalho de pesquisa, redação e proposição técnica do Manual foi coordenado e executado pelo recém-criado Departamento de Defesa dos Capitais e Haveres do Município de São Paulo (DECAP), que é responsável pelo acompanhamento da atuação dos Conselheiros Fiscais das autarquias, fundações públicas e empresas municipais.

Indicador de Resultado - Poupança Corrente

A Poupança Corrente é a diferença entre as Receitas Correntes (por exemplo: Receitas Tributárias e Transferências de Cota Parte do ICMS e do IPVA) e as Despesas Correntes (custeio e manutenção dos serviços públicos). Permite, portanto, medir a quantidade de recursos correntes do Município economizada para a realização de Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização de Dívida

Receita	R\$ Milhões		Despesa Empenhada	R\$ Milhões	
	2012	2013		2012	2013
Receitas Correntes	34.460	37.136	Despesas Correntes	31.560	33.979
Receita Tributária	16.647	18.518	Pessoal e Encargos Sociais	9.306	10.062
Receita de Contribuições	2.385	2.592	Juros e Encargos da Dívida	2.624	2.071
Receita Patrimonial	671	714	Outras Despesas Correntes	19.629	21.845
Receita de Serviços	419	399			
Receita de Transferências	12.837	14.504			
Outras Receitas Correntes	2.330	2.365			
Depósitos Judiciais	891	48			
Subtotal	36.179	39.139			
Deduções das Receitas Correntes*	-1.719	-2.003			
Poupança Corrente				2.900	3.157

Fonte: SOF. Elaboração: SF/ASPLA

* inclui deduções para FUNDEB

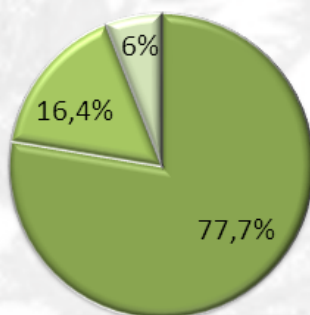
Em 2013, a Administração elevou a Poupança Corrente em 8,8%, em relação ao exercício anterior, revertendo a redução de 8,0% verificada em 2012 em relação a 2011.

8. Impacto da Dívida na Capacidade de Investimento e Esforços de Renegociação

A Dívida Consolidada⁵ do Município (R\$ 75,4 bilhões em 2013) é composta majoritariamente pelo contrato em que a União figura como credora (R\$ 58,6 bilhões), com base na MP nº 2.185-35/01, e pelo estoque de precatórios⁶ a pagar (R\$ 12,3 bilhões).

Composição da Dívida Consolidada

- Refinanciamento MP 2.185-35/01 - R\$ 58,6 bi
- Precatórios - R\$ 12,3 bi
- Outras - R\$ 4,5 bi



Fonte: SF / DEDIP Elaboração SF / ASPLA

5. Dívida Pública Consolidada (transcrição do Inciso III do Parágrafo 1º do Artigo 1º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal): (...) *montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;*

6. O conceito de Dívida Consolidada desconsidera os precatórios emitidos anteriormente a 05/05/2000. O valor do estoque total de precatórios (R\$ 16,8 bilhões) será tratado no item 3.6.2 *Dívida com Precatórios*

A dívida com a União é objeto de preocupação da sociedade paulistana há vários anos. O contrato foi firmado em 2000, no âmbito dos programas de assunção e refinanciamento das dívidas dos entes subnacionais pela União, com o objetivo de permitir que esses entes pudessem reorganizar suas finanças e atingir os objetivos e metas explicitados posteriormente na LRF. A intenção da União, ao assumir essas dívidas, era aliviar os estados e municípios do peso de ter que rolar seus endividamentos com altas taxas de juros.

Entretanto, no caso do Município de São Paulo, essa renegociação de dívidas, apesar de ter atingido o objetivo de trazer mais responsabilidade à gestão fiscal municipal, não trouxe os resultados esperados em termos de endividamento, uma vez que as características desse Contrato fizeram com que o saldo devedor do Município crescesse mais que cinco vezes em 13 anos, apesar de a Prefeitura já ter pagado mais de R\$ 20 bilhões em amortizações e juros.

Dessa forma, apesar do esforço fiscal realizado nos últimos anos para obtenção de superávit primário, o nível de endividamento da Prefeitura não reduziu, mesmo após 13 anos do refinanciamento, permanecendo próximo dos 200% da RCL. Isso vem sufocando a capacidade de investimentos do Município e, portanto, sucateando a infraestrutura da Cidade.

A principal razão foi o peso dos encargos impostos a São Paulo (variação do IGP-DI acrescidos de juros reais de 9% ao ano), que foram superiores àqueles que a União pagou no refinanciamento de sua própria dívida representada por títulos públicos atrelados à variação da taxa SELIC, durante o período do refinanciamento. Tal situação engessou a Prefeitura, pois o atual nível de endividamento impede que o Município realize novas operações de crédito⁷, uma vez que tanto a MP nº 2.185-35/01 como o Senado Federal estabelecem limites inferiores aos observados atualmente no Município.

7. Em 2011 e 2012, os municípios do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre captaram, em conjunto, R\$ 1,6 bilhões, desconsiderado o valor da operação de crédito externa para amortização extraordinária da dívida com a União efetuada pelo Rio.

Repactuação da Dívida com a União: Avanços e Importância

Em 2013 a Prefeitura de São Paulo conseguiu avanços significativos na proposta de repactuação da dívida com a União.

O Projeto de Lei Complementar 238/2013 altera o indexador utilizado na correção das dívidas de Estados e Municípios com a União, que atualmente é IGP-DI acrescido de juros de até 9% ao ano para IPCA + 4% ao ano, a partir de janeiro de 2013 e determina o recálculo do saldo devedor da dívida, atualizado com base nesses novos encargos.

O PLP 238/2013 foi aprovado no início de Outubro de 2013 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Seguiu para o plenário da Casa no final do mesmo mês, onde também foi aprovado. Ainda em 2013, o Projeto foi para o Senado (PLC 99/2013), onde recebeu aprovação nas comissões e aguarda votação em plenário.

A aprovação desse projeto é crucial para a Cidade de São Paulo no médio e longo prazos. Sem a repactuação dessa dívida, o saldo devedor deverá atingir, no final do Contrato em 2030, R\$ 170 bilhões.

Além disso, para o seu pagamento, o comprometimento da Receita Líquida Real municipal naquele ano passará dos atuais 13% para mais de 25%, o que a tornará praticamente impagável, como apontado inclusive pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 2186/2013. Cenário bem diferente acontecerá se o PLC 99/2013 for aprovado, o que permitirá que a dívida seja quitada até 2030, em face da incidência de encargos mais razoáveis.

o Projeto de Lei possibilitará que o saldo devedor desta dívida municipal seja reduzido em até 40%, passando de R\$ 54 bilhões para R\$ 32 bilhões (data base jan/13).

8.1. Avanços alcançados - Exclusão dos recursos obtidos com operações urbanas na base de cálculo da Receita Líquida Real

A Medida Provisória (MP) n.º 618, do dia 05 de junho de 2013, permitiu aos Municípios excluírem, do cálculo da Receita Líquida Real, os recursos obtidos com a emissão de autorizações para construir, os CEPAC's (Certificados de Potencial Adicional de Construção).

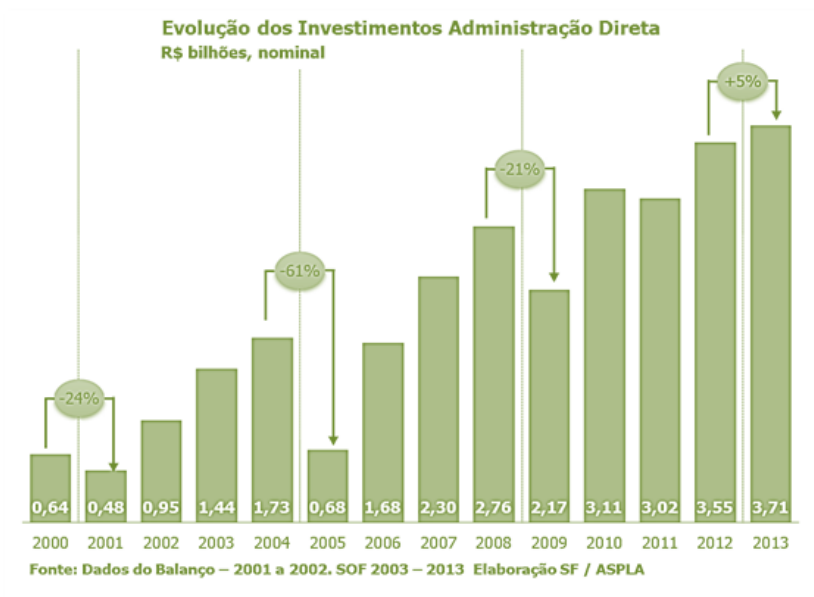
Essa medida foi necessária uma vez que a receita proveniente da emissão de CEPAC's, apesar de ser uma alienação de ativos (direito de construir) e ter aplicação vinculada às intervenções na área de abrangência das Operações Urbanas, gerava dúvidas quanto a sua adequada contabilização e se estava ou não inserida na base de para computo do limite para pagamento da dívida.

Assim, por meio da referida MP, o Governo Federal alinhou-se ao entendimento do Município de São Paulo e corretamente excluiu da base de cálculo da dívida as receitas provenientes da alienação do direito de construir.

Vale notar que o Município do Rio de Janeiro, que também emitiu CEPAC's, já não incluía essa receita na base de cálculo da dívida, em linha com o que São Paulo passou a fazer. Uma vez que São Paulo deve pagar ao governo federal 13% da sua Receita Líquida Real, a MP gerou, em 2013, economia de R\$ 700 milhões nas prestações que o município de São Paulo paga à União.

Indicador de Resultado - Crescimento dos Investimentos

Em 2013, o valor dos investimentos (investimentos e inversões financeiras) da Administração Direta realizados pelo Município atingiu o valor de R\$ 3,71 bilhões, o que representa o maior valor desde 2000.



Em termos de valor aplicado os projetos mais relevantes foram:

- Melhoria da mobilidade urbana (R\$ 901 milhões);
- Acesso à moradia (R\$ 542 milhões);
- Desapropriações/Sentenças Judiciais (R\$ 446 milhões);
- Desenvolvimento Econômico/Zona Leste (R\$ 355 milhões);
- Drenagem urbana (R\$293 milhões);
- Aprimoramento da infraestrutura urbana (R\$ 249 milhões);
- Preservação dos recursos hídricos (R\$ 227 milhões).

III. Aumento da transparência e melhor prestação de serviço ao município



9. Melhorias na prestação de serviço ao contribuinte

Ciente da importância da tecnologia e comunicação na prestação de serviços ao munícipe, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico desenvolveu e implementou uma série de novos sistemas e ferramentas, investindo em novos caminhos de comunicação para atender às demandas dos cidadãos da maneira mais eficiente possível, visando a desburocratização de processos. Foi o caso, por exemplo, da criação das novas ferramentas do Cadastro Informativo Municipal (CADIN), e da melhoria na Senha Web. Além disso, buscou o desenvolvimento de sistemas que agregassem maior transparência à gestão das contas públicas municipais e dos processos administrativos, como foi o caso da nova página de Contas Públicas do portal da Transparência e do sistema de pesquisa às decisões do Conselho Municipal de Tributos (CMT).

9.1. Cadastro Informativo Municipal (CADIN)

Uma série de novas funcionalidades foram implementadas no Cadastro Informativo Municipal- CADIN. Essas novas ferramentas simplificam a vida do contribuinte e o ajudam a evitar que eventuais débitos sejam inscritos no Cadastro e na dívida ativa. Além disso, reduzem os custos operacionais do processo para a Prefeitura através da automatização de procedimentos e incentivam que os valores devidos sejam quitados.

Avisos Eletrônicos - Em 2013, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico implementou um serviço que permitiu aos contribuintes (tanto Pessoa Jurídica quanto Pessoa Física) receber as notificações de pendências no Cadastro Informativo Municipal – CADIN por e-mail ou mensagem telefônica.

O sistema permite ao contribuinte cadastrar até 10 (dez) endereços de e-mail, 2 (dois) números de celular e 2 (dois) números de telefone fixo, possibilitando que os indicados recebam notificações eletrônicas e telefônicas a respeito de futuras pendências no CADIN, além de informações detalhadas sobre as pendências, instruções para sua regularização, prazos e restrições. Embora tenha sido lançado recentemente, o serviço já conta atualmente com mais de 3,3 mil e-mails cadastrados na categoria Pessoa Jurídica e mais de 1.000 e-mails cadastrados na categoria Pessoa Física.

Detalhamento de débitos online - Agora o contribuinte poderá ver o detalhamento das pendências no CADIN online, sem a necessidade de comparecer presencialmente às Praças de Atendimento da Secretaria. Ademais, mais uma facilidade foi adicionada para os contribuintes Pessoa Jurídica, que por meio de um único CNPJ poderão controlar todos os débitos referentes à sua empresa.

9.2. Nova Funcionalidade de Senha WEB

Com a nova funcionalidade para a Senha Web, houve significativa melhora no canal de atendimento online. Agora, o cidadão gera automaticamente uma senha ao inscrever-se no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM). Esta senha é gerada automaticamente e liberada com a validação de sua inscrição ou atualização de dados cadastrais, tornando desnecessário o procedimento posterior de solicitação da Senha Web.

Sem a necessidade de comparecimento à Praça de Atendimento, a nova funcionalidade na Senha Web gerou uma diminuição diária de cerca de 200 pessoas no posto de atendimento presencial da Secretaria. Dessa forma, não só desburocratizou o processo para o contribuinte, mas também colaborou para o aumento da eficiência do trabalho dos servidores que realizavam esse atendimento.

9.3. Sistema para controle de restituições – DAT

A implantação do módulo DAT – Crédito em Conta Corrente tornou possível ao cidadão solicitar, pela internet, o depósito de sua restituição já autorizada diretamente em sua conta corrente, sem necessidade de deslocamentos e filas de espera aguardando atendimento. As solicitações de restituição pela internet já representam 42,9% de todas as restituições pagas, o que evitou, em 2013, cerca de 10 mil atendimentos presenciais.

Além da simplificação e facilidade para o cidadão, o pagamento direto na conta corrente do

destinatário traz mais segurança a todo o processo. Para situações excepcionais, inclusive restituições acima de R\$ 5 mil, o atendimento foi realocado para a Praça de Atendimentos da Secretaria de Finanças, local com infraestrutura adequada ao atendimento presencial.

9.4. Sistema de Isenção para aposentados (IPTU)

O sistema, em fase final de desenvolvimento, possibilitará ao contribuinte aposentado realizar o procedimento para requerimento de isenção do IPTU (com base na lei 11614/94) através da internet. O sistema aperfeiçoa o processo de isenção, uma vez que terá como base a integração com do banco de dados da Prefeitura com o do INSS. Após o cadastro, o sistema estabelecerá um fluxo de trabalho para o aceite/não aceite do requerimento.

O novo sistema permitirá otimizar serviços como a digitação dos requerimentos, e possibilitar verificação de inconsistências de forma periódica, além de fornecer ao contribuinte um processo simplificado e um andamento mais dinâmico nos trâmites.

Outra consequência direta do projeto será a redução de processos de reclamação tributaria protocolados nas praças de atendimento e subprefeituras, evitando assim o deslocamento do aposentado até esses locais para a realização do requerimento de isenção.

A informatização do processo de concessão de isenções de IPTU para aposentados e pensionistas trará maior produtividade e redução nos custos operacionais para a Secretaria, já que automatiza o processo, e colabora para a concretização da política já existente de justiça fiscal.

9.5. Programa de isenção por enchentes e alagamentos

Outro sistema em desenvolvimento também desde 2013, que informatiza o procedimento de concessão de isenção de IPTU por enchentes e alagamentos, deverá entrar em vigor a partir de agosto de 2014.

O cadastro pela subprefeitura de imóveis atingidos por enchentes será conectado aos sistemas da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, facilitando o processo de análise de isenção. O protocolo será feito via internet, com mais velocidade e transparência para o contribuinte. O sistema reduzirá os custos operacionais do atendimento e da análise dos processos para a Prefeitura.

9.6. Sistema de Declaração de Imunidades

O sistema irá automatizar os processos de declaração, análise e concessão de imunidades está previsto para entrar no ar em julho de 2014. A nova ferramenta permitirá ao contribuinte fazer sua solicitação eletrônica de imunidade sem necessidade de abertura de processo administrativo.

Com o novo sistema, o acompanhamento gerencial será facilitado, permitindo, por exemplo, o controle de dados relativos à renúncia fiscal por categorias de contribuintes ou no decorrer do tempo. Além de diminuir o tempo para ter reconhecido o benefício fiscal, o sistema também deverá inibir fraudes nas notas fiscais.

As informações poderão subsidiar ainda ações de malha fiscal e aumentar a agilidade na atualização dos dados cadastrais do contribuinte.

10. Agregando Transparência às Atividades da Secretaria



10.1. Nova página de Contas Públicas no Portal da Transparência

Em parceria com a Controladoria Geral do Município, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico disponibilizou, no ano de 2013, uma nova página de Contas Públicas no Portal da Transparência do Município de São Paulo na internet (www.transparencia.prefeitura.sp.gov.br).

Acessando as Receitas e Despesas, escolhendo os tipos de buscas a realizar, tais como o período, órgão público, alínea, rubrica, entre outras formas de detalhamento, o contribuinte agora pode acompanhar melhor as ações da Prefeitura e entender como os recursos são recebidos e aplicados.

O portal passou a oferecer ainda acesso a tipos de buscas variados e maior detalhamento de informações, como, por exemplo, por gráficos, para a visualização da escala e da evolução

dos números de receitas e despesas.

A consulta pré-formatada, que mostra os dados por critérios pré-definidos, permite que as informações sejam desmembradas, criando subníveis para detalhar a origem dos valores. Já a consulta livre, destinada ao usuário que possui alguma familiaridade com contabilidade pública, utiliza uma combinação de filtros para a extração de dados, possibilitando uma pesquisa mais específica. Por fim, a busca de relatórios por credor permite consultar os órgãos pelo número de CNPJ ou pela Razão Social, apresentando as notas de empenho e liquidação.

Com o aperfeiçoamento do Portal da Transparência, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico buscou facilitar o monitoramento das contas públicas pela sociedade civil.



Tela inicial da página de Despesas do Portal da Transparência

10.2. . Sistema PUSH e novo sistema de pesquisa do Conselho Municipal de Tributos – CMT

O Conselho Municipal de Tributos (CMT) é um órgão integrante da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, colegiado e paritário, composto por representantes da Prefeitura da Cidade de São Paulo e dos contribuintes.

Tem, como suas principais funções, julgar, em segunda e última instância administrativa, de forma independente, os recursos em matéria tributária decorrentes de notificação de lançamento ou de auto de infração, e propor ao Secretário Municipal de Finanças a adoção de medidas tendentes ao aprimoramento do Sistema Tributário do Município e que objetivem, principalmente, a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Municipal.

Sistema Push - Agora, os cidadãos podem realizar um cadastro no Sistema Push CMT (<http://informativocmt.prefeitura.sp.gov.br/>) e receber, por e-mail, todos os informativos do Conselho, como as principais deliberações das Câmaras Julgadoras.

ANTES

Com Todas as Palavras:

Com a Expressão:

Com Qualquer uma das Palavras:

Sem as Palavras:

Sem as Palavras:

DEPOIS

Pesquisa de Decisões do Conselho Municipal de Tributos

Com Todas as Palavras:

Com a Expressão:

Com Qualquer uma das Palavras:

Sem as Palavras:

Por câmara julgadora:

Por período de pagamento:

Número do Recurso	Câmara	Emissão
2012.08.004	2ª Câmara Emissão	01/01/2012
2012.08.004	2ª Câmara Emissão	01/01/2012
2012.08.004	2ª Câmara Emissão	01/01/2012

Tela de pesquisa de decisões do CMT antes e depois da reformulação

O sistema agrega transparência nos casos julgados pela 2ª instância administrativa municipal e possibilita contato com o munícipe, ampliando a publicidade das decisões proferidas.

Novo sistema de pesquisa - Foi implantado também um novo sistema de pesquisa de jurisprudência com campos de busca avançados, que permite fazer um exame detalhado dos julgamentos do Conselho através do Portal da Prefeitura de São Paulo.

Os julgamentos disponíveis podem ser utilizados como paradigmas para a interposição de Recurso de Revisão no CMT, admissível quando houver decisões que deem à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas.

IV. Desenvolvimento Organizacional, Tecnológico e de RH



11. Desenvolvimento organizacional e de RH

A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico deu importantes passos para o desenvolvimento dos recursos humanos em 2013. Para estimular o desenvolvimento profissional dos servidores, a pasta criou, em 2013, a Escola Municipal de Administração Fazendária. Além disso, mais de 80 servidores iniciaram cursos de pós-graduação (em Gestão Tributária e Finanças Públicas) na Fundação Dom Cabral – FDC, escola de negócios brasileira de desenvolvimento e capacitação de executivos. A Secretaria anunciou novos concursos para a contratação de 100 contadores e 98 auditores. Fortalecendo algumas áreas específicas, empreendeu esforços para a reestruturação dos departamentos, divisões e subdivisões existentes. Para garantir melhores condições de trabalho e unidade entre os departamentos, anunciou o processo de estruturação para a mudança de suas instalações para o Edifício Othon, marco histórico da cidade de São Paulo.

11.1. Reestruturação da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Em outubro de 2013, o Decreto nº 54.498 de Finanças e Desenvolvimento Econômico, subdivisões que compõem a Secretaria e as fun

nizou a estrutura da Secretaria Municipal cificando os departamentos, divisões e le cada uma dessas áreas.

Novos departamentos e divisões foram criados com o intuito de aprimorar a eficiência dos trabalhos, sem que houvesse necessidade de aumentar o número de funcionários ou empreender novos gastos.

Esse é o caso da divisão de Simples Nacional e DIPAM – DISDI, criada para coordenar as atividades de fiscalização e de lançamento dos prestadores de serviços enquadrados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. As ações desenvolvidas pela DISDI visam o aperfeiçoamento e incremento da arrecadação, a correta aplicação da lei, e o combate à sonegação.

Também foi criado o Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município – DECAP,

responsável por exercer o controle dos haveres mobiliários e financeiros do Município.

O DECAP também acompanha a atuação dos conselhos fiscais das empresas municipais e de outras entidades da Administração Indireta, inclusive empresas de cujo capital o Município participe minoritariamente. Além disso, o DECAP coordena as atividades e projetos de acompanhamento financeiro da Administração Indireta no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

11.2. Criação da Escola Municipal de Administração Fazendária – EMAF

A Escola Municipal de Administração Fazendária – EMAF também foi criada em outubro de 2013, pelo Decreto nº 54.498/2013, com a missão de tornar-se um centro de excelência para o desenvolvimento dos servidores da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Os servidores municipais agora contam com uma instituição que possibilite cursos de mestrado, doutorado, pós-graduação, especialização ou suplementação profissional na área de administração fazendária. O objetivo é aprimorar a formação dos servidores a exemplo das escolas já existentes em âmbito estadual (Escola Fazendária de São Paulo – Fazesp) e em âmbito federal (Escola de Administração Fazendária – Esaf).

A EMAF iniciou, em 2013, os cursos de pós-graduação em Gestão Tributária e Finanças Públicas. Além disso, a EMAF estabeleceu importantes parcerias, junto à Ordem dos Economistas do Brasil - OEB, à ESAF e à Fazesp. A Escola deverá expandir suas atividades para a formação de outros funcionários do Município de São Paulo na área fazendária, de acordo com o interesse da Administração Pública.

11.3. Pós-graduação oferecida para mais de 80 servidores na Fundação Dom Cabral – FDC

Para estimular o desenvolvimento profissional de seus servidores, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento da Prefeitura de São Paulo contratou, com recursos do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), dois cursos de Pós Graduação Lato Sensu: Gestão Tributária e Finanças Públicas.

Ministrados pela Fundação Dom Cabral, classificada em 2013 como a 16ª melhor escola de negócios do mundo no ranking de Educação Executiva do Financial Times, o curso foi oferecido a mais de 80 servidores gratuitamente. Os servidores que participaram do aprimoramento também obtiveram o direito de progressão em suas carreiras dentro da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

11.4. Projeto Othon

A Secretaria de Finanças iniciou em 2013 o processo de estruturação para a mudança de suas instalações para o histórico Edifício Othon. Os 28 andares do edifício abrigarão tanto as unidades da Secretaria que atualmente ficam no Edifício Andraus, quanto a Praça de Atendimento e parte da equipe que está no Edifício Matarazzo.

O Edifício Othon localiza-se à Rua Líbero Badaró, ao lado do Edifício Matarazzo, onde fica a sede da Prefeitura de São Paulo. A edificação faz parte da história da cidade, por ter abrigado um dos mais famosos hotéis paulistanos entre as décadas de 1960 e 1970.

Ao consolidar a maior parte dos seus diversos departamentos em um único prédio, a Secretaria de Finanças otimizará as atividades relativas à administração tributária, tesouraria municipal e atendimento ao contribuinte. Esse movimento trará significativos benefícios

gerenciais e de produtividade para a Secretaria, além de racionalizar o uso do espaço, com soluções que prezem pela funcionalidade, comodidade e segurança dos servidores e contribuintes.

Em dezembro de 2013, foi instituída formalmente uma comissão especial para coordenar e acompanhar todas as ações relacionadas à a reforma do imóvel. O processo está em suas fases iniciais, mas com o intuito de canalizar as demandas existentes dos servidores da Secretaria, já foi produzido um relatório de diretrizes para o novo prédio, que usou como base as pesquisas de satisfação respondidas pelos servidores em anos passados.

A comissão, durante o ano de 2013, trabalhou nas definições iniciais do projeto e na organização da documentação necessárias para a solicitação do financiamento da reforma com recursos do PMAT, que é um Programa do BNDES voltado à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público, que visa proporcionar aos municípios uma gestão eficiente.

11.5. Novas Contratações

Um novo concurso da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico foi autorizado para a contratação de 100 contadores e 98 auditores. A previsão é de que os servidores sejam convocados já em 2014.

Com a contratação, a Secretaria espera repor a defasagem de funcionários em alguns setores e ainda abastecer outras Pastas com especialistas na área contábil.

12. Desenvolvimento Tecnológico

Em 2013, a Secretaria de Finanças também buscou formas criativas de aperfeiçoar sistemas e automatizar processos, gerando economia de custos operacionais, desburocratização e mais transparência. A informatização do procedimento de recolhimento do ISS - Habite-se foi um dos destaques entre essas ações. Foram implementadas novas tecnologias para emissão de cupons fiscais eletrônicos, registro de ações executadas nos sistemas da Secretaria, acompanhamento mais detalhado e atualizado da situação dos cauções e garantias do município, e controle de bens patrimoniais. A redução de prazo para a baixa de pagamentos efetuados pelos contribuintes e redução do prazo para pagamentos a fornecedores são alguns dos resultados que já podem ser observados como consequência das melhorias de sistemas.

12.1. Declaração Tributária de Conclusão de Obra - DTCO

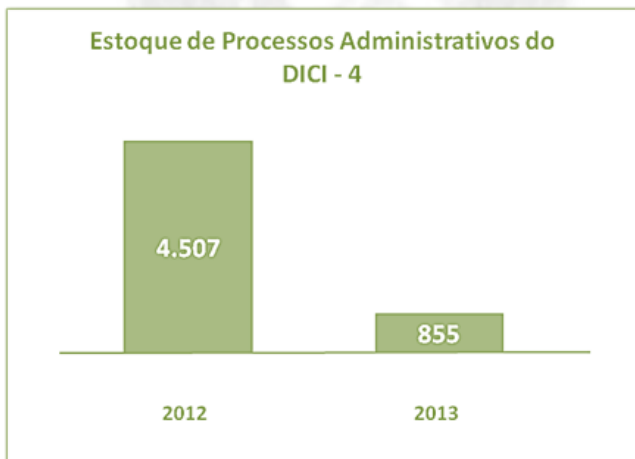
A Declaração Tributária de Conclusão de Obra - DTCO informatizou o procedimento de recolhimento do ISS das obras, pré-requisito para obtenção do Auto de Conclusão e Auto de Regularização (Habite-se). O sistema permite que os contribuintes indiquem online quais notas fiscais serão usadas para deduzir da base de cálculo do tributo os custos que tiveram com subempreitadas durante a construção de determinado empreendimento. O cálculo do imposto é feito automaticamente pelo sistema, agregando rapidez e transparência ao processo de tributação.

A ferramenta desenvolvida em 2013 e implantada em 2014 pela Secretaria de Finanças calcula então o valor do imposto a ser recolhido, e automatiza todo o processo de obtenção do Certificado de Quitação do ISS para esses empreendimentos. Para o contribuinte, o novo sistema agrega transparência, facilidade e permite acompanhar online o andamento de seu processo. Para a administração, amplia a eficiência do procedimento e o controle sobre a cobrança do imposto, já que o cálculo do tributo passa a ser feito automaticamente, e as notas fiscais eletrônicas indicadas pelos contribuintes ficam armazenadas nas bases de dados da Prefeitura.

O sistema verifica se a nota já foi utilizada, se está cancelada, se já foi quitada, define automaticamente as que podem ser deduzidas e calcula o valor do imposto a ser recolhido, simplificando e aumentando a segurança do processo de obtenção do Certificado de Quitação do ISS.

Indicadores de Resultado - Redução do e do tempo médio de trâmite estoque de processos ISS Habite-se

O estoque de processos no DICI – 4, setor responsável pelo ISS Habite-se, que era de mais de 4500 processos em dezembro de 2012, já no final de 2013 havia caído para cerca de 850. O tempo médio de trâmite dos processos desta natureza, que era de 114 dias em 2012, caiu para 87 dias. O número de processos com idade média superior a 6 meses, em dezembro de 2012 chegava a 1437 (ou 33% do total). Já em dezembro de 2013, o número de processos com idade superior a 6 meses caiu para cerca de 45 (ou 5,6% do total).



Fonte: SF/SUREM/DECAR

12.2. Proposta de políticas de Segurança da Informação e Luminet

A Secretaria está trabalhando de forma a melhorar a Segurança da Informação garantindo aspectos como confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade.

Uma das principais ações neste sentido é a criação da Política de Segurança da Informação, que visa definir as linhas mestras de Segurança da informação para, entre outras coisas, adequar procedimentos internos e critérios e requisitos de contratação de empresas objetivando o compliance deste órgão às normas ISO/IEC 27.001/2013, 27.002/2013 e 27.014/2013.

Uma das ações desenvolvidas com este propósito foi a implantação do sistema Luminet – Ferramenta de auditoria de informação que registra as operações realizadas por usuários nos sistemas da Secretaria de Finanças e gera notificações para atividades monitoradas em tempo real.

As informações recolhidas agora servem de subsídio para ações de melhoria dos sistemas e adequação das necessidades de informação das unidades da Pasta, gerando mais conscientização do uso dos dados pelos usuários, melhorias no procedimento de gerenciamento de acesso a sistemas, reforço para ações éticas, e melhoria da segurança dos dados sujeitos a sigilo fiscal.

Com o acompanhamento das ações dos usuários nos sistemas, o Luminet contribui para o controle interno e o aumento da segurança não apenas dos servidores, que muitas vezes trabalham com informações sensíveis, mas também da Secretaria de Finanças como um todo, e, em última instância, do município que tem suas informações armazenadas nos sistemas da Prefeitura.

12.3. Automatização no gerenciamento de cauções e garantias do município

Para acompanhar de forma mais detalhada e atualizada a situação dos cauções e garantias do município, foi criado um sistema que automatizou o gerenciamento de cauções e garantias.

O sistema permite que a Administração Municipal controle prazos e mantenha a constante atualização destas garantias. Quando determinados contratos não necessitam mais de garantias, por exemplo, esses valores passam a integrar a receita do Município, e quando garantias de terceiros precisam ser renovadas, a Prefeitura assegura a sua constante atualização, para que não sofra prejuízo em nenhum de seus contratos.

12.4. Implementação de novas funcionalidades do SOF

O Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, em desenvolvimento desde o ano de 2007, teve um marco importante em 2013, quando 83% de suas funcionalidades foram homologadas. Este marco possibilitou a abertura de uma nova fase para o Projeto, em que os diversos órgãos da Administração puderam pleitear melhorias diante das atuais necessidades.

Os principais pontos positivos na sua implantação foram as melhorias nos processos de execução orçamentária e de pagamentos a credores, automatização nos registros de receita e a qualidade dos demonstrativos contábeis, reduzindo os custos operacionais do processo e possibilitando maior controle sobre os gastos.

A implementação deste complexo Sistema foi um desafio para a Prefeitura, pois foi especificado e dimensionado para atender às necessidades e particularidades do terceiro maior orçamento do Brasil.

12.5. Sistema de cadastro e atualização de Bens Patrimoniais

No ano de 2013, a Secretaria implementou um novo sistema de controle de bens patrimoniais, que permite às diversas unidades da administração municipal cadastrarem diretamente os seus bens patrimoniais. O sistema automatizou um processo de cadastro desses bens, que antes era manual, podia demorar até dois meses, e chegou a causar acúmulo de 55 mil processos. Estipulou-se também o valor mínimo de R\$ 100 para que esse cadastro fosse necessário, racionalizando o custo operacional deste trabalho.

O novo sistema permite ainda que se atualize o valor dos bens patrimoniais das unidades conforme o valor real dos mesmos em cada período. Este sistema desburocratizou o processo, reduzindo significativamente o custo administrativo do cadastro de bens e agregando rapidez e modernidade ao procedimento.

12.6. Automatização de processos e sistemas para baixa de pagamentos

Por meio da automatização do processo de arrecadação e conciliação dos documentos bancários, foram criadas as bases para reduzir os prazos para baixa de pagamento de tributos, melhorar os procedimentos de troca de informações com os bancos, eliminar etapas manuais do processo de conciliação e agilizar o fechamento contábil. As mudanças viriam a propiciar, em 2014, significativa redução do prazo para baixa de pagamentos efetuados pelos contribuintes.

Até 2013 o prazo médio para baixar o débito de um contribuinte após o pagamento era de 8 a 9 dias úteis, sendo que em 2011 e 2012 chegou a 11 dias úteis. Esse prazo, além de gerar um desconforto enorme ao contribuinte que necessita ter suas pendências com a administração sanadas, gerava também inúmeras demandas na praça de atendimento e na ouvidoria.

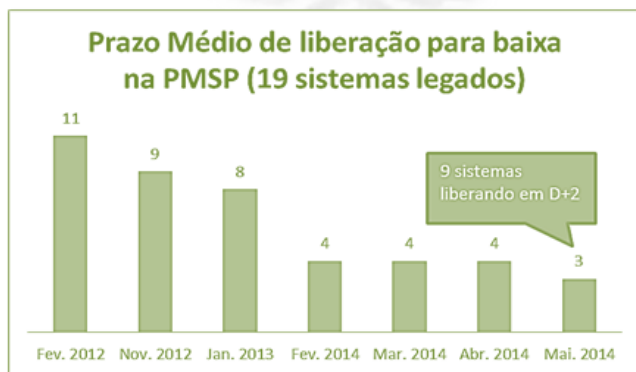
A lentidão na baixa dava margem a demandas judiciais de contribuintes. Tudo isso gerava custos, operacionais e até mesmo de imagem, para a Administração Municipal.

Indicador de Resultado - Redução do prazo para baixa de pagamentos

O prazo médio para baixa de pagamentos passou para 3 dias úteis em 2014, sendo que, atualmente, 9 dos 19 sistemas existentes estão recebendo as informações para processar as baixas em 2 dias úteis da data do pagamento efetivado na rede bancária credenciada. Os demais sistemas legados agora recebem em até 4 dias úteis (D + 4).

Em 2013, o prazo médio era de 7 dias úteis, sendo 3 sistemas em até 5 dias úteis, 10 sistemas em 7 dias úteis, 1 sistema em 8 dias úteis e 1 sistema em 9 dias úteis (posição referente a 30/01/2013). Esse prazo de baixa em 3 dias úteis, uma diminuição de mais de 70% em face dos 11 dias úteis anteriores (2011 e 2012), coloca a Prefeitura de São Paulo como referência entre outros órgãos de Administração Pública. A missão agora é reduzir o prazo médio para 2 dias úteis. Isso representa mais uma solução estrutural para dificuldades que se arrastavam por muitos anos, transformando um problema em case de inovação e êxito no setor público.

Abaixo, um gráfico que ilustra os resultados:



Fonte: SF/SUTEM

Redução do prazo para pagamentos a fornecedores

A redução dos prazos para o processo de pagamentos a fornecedores, possibilitada pela automatização, é outra atividade que merece destaque. O prazo passou de 5 para 3 dias úteis.

Para a Prefeitura, os efeitos positivos da baixa nos prazos de pagamentos já podem ser sentidos na redução dos mais de 400 pedidos de antecipação que tramitavam mensalmente. Os pedidos foram reduzidos em mais de 85% no comparativo de Abril/2014 com Abril/2013, diminuindo o custo operacional e propiciando melhores controles do processo de pagamentos e gestão das disponibilidades.

Esse ganho de eficiência no processo de pagamentos no sistema da Prefeitura oferece mais tempo para que as unidades orgânicas da Administração possam registrar a liquidação da despesa no sistema SOF.

12.9. Mudança nos modelos de contratação de TI

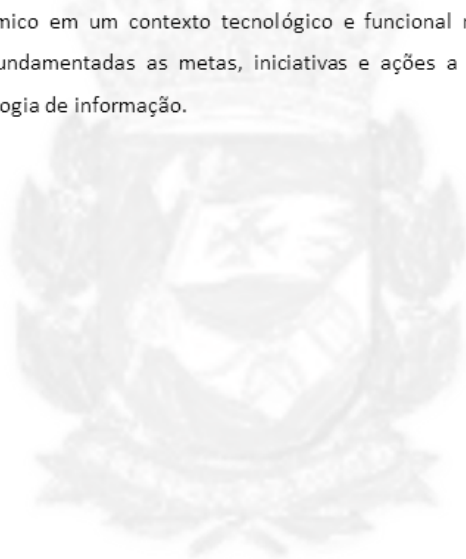
Os contratos de Tecnologia da Informação sofreram evoluções legais e processuais nas últimas décadas, inicialmente a remuneração era calculada por pacote com base na medida de horas trabalhadas, formato que estimula a baixa produtividade, já que se remunera na mesma proporção o eficiente e o ineficiente. Ao longo de 2013 a Secretaria de Finanças trocou os contratos medidos por pacote pelos contratos medidos por entregas, por capacidade fornecida e por desempenho, com isso espera-se melhorar a produtividade junto a todos os fornecedores.

O próximo passo será a implantação de SLAs (Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) e medição por pontos de função que visam medir também a qualidade de entrega e tempo de resposta.

12.10. PETI e PDTI

Com o intuito de definir, orientar, monitorar e atuar para a evolução da Tecnologia da Informação na organização, a Secretaria formulou o PETI e PDTI, que são respectivamente os planos estratégicos e diretores de T.I. para o médio e curto prazo.

Com os planos, é possível entender e enquadrar a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico em um contexto tecnológico e funcional na gestão municipal. Neles são descritas e fundamentadas as metas, iniciativas e ações a serem tomadas nos próximos anos em tecnologia de informação.



V. Desenvolvimento Econômico no Município de São Paulo



V. Desenvolvimento Econômico no Município de São Paulo

Em 2013, a Secretaria de Finanças incorporou ao seu nome o termo Desenvolvimento Econômico, indicando o caminho que deverá trilhar nos próximos anos. Foi criada a SP Negócios, que nasceu para ser uma agência de promoção de investimentos e melhoria de ambiente de negócios na cidade. Ainda no ano de 2013, a Secretaria desenvolveu e lançou o Programa de Incentivos para Prestadores de Serviços da Zona Leste, que vem ao encontro da estratégia de atração de novas empresas, aumento do emprego e consequente desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo.

13. Programa de Incentivos Fiscais para a Região Leste

A Região Leste do Município de São Paulo concentra um terço da população da cidade, cerca de 4 milhões de habitantes. Desta população, 2,3 milhões de pessoas são economicamente ativas, e 1,8 milhões se deslocam para outras regiões diariamente.

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e aquecimento econômico da região, a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico criou, em 2013, o Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste por meio da Lei nº 15.931/2013, sancionada em 20 de dezembro de 2013.

Além de evitar a guerra fiscal dentro do Município, o Programa quer facilitar o aporte de capitais para a região Leste, que possui 35% da população paulistana, mas apenas 16% dos empregos da cidade.

Para isso, a Prefeitura promoverá a instalação de empresas do setor de serviços que requerem expressiva mão de obra (empresas de call center, informática, educação, hotelaria, entre outras) na região.

O Programa também beneficiará as empresas prestadoras de serviços que já estão estabelecidas na região com:

- Redução do ISS para 2%;
- Desconto de 100% do IPTU;
- Desconto de 100% do ISS (para serviços de construção civil da obra);
- Desconto de 100% do ITBI na aquisição do terreno.

As empresas terão um prazo de 5 anos para aderir ao Programa e terão o benefício por um período de 20 anos.

Somado aos incentivos urbanísticos propostos para mobilidade e equipamentos públicos, esperando gerar empregos e renda para a população da

nova Zona Leste, o novo Plano Diretor, aos investimentos em infraestrutura, o Programa dinamize a economia da região, gerando empregos e renda para a população da Zona Leste.



*Cartilha destinada aos prestadores de serviços da Zona Leste elaborada pela
Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico/ASCOM/SF*

14. Criação da SP-Negócios – Agência de Promoção de Investimentos

A São Paulo Negócios, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, foi criada pela Prefeitura, em 2013, com o objetivo de aumentar a atração e promoção de investimentos na cidade.

A empresa de economia mista, que surgiu da expansão do escopo da Companhia São Paulo de Parcerias, por meio da lei 15.838/2013, está apoiada em três pilares: atração e promoção de investimentos, melhoria do ambiente de negócios e estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões.



Bem-vindo a São Paulo, a cidade para fazer negócios.

A melhor cidade da América Latina para investir agora tem um ponto focal para seus investidores: a **São Paulo Negócios**. Nossa missão é promover investimentos na cidade, estruturar oportunidades de investimentos na forma de parcerias público-privadas e concessões, e tornar excelente o ambiente para fazer negócios na cidade. Entre em contato e conheça como podemos ajudar sua empresa a se estabelecer na maior cidade do Brasil.

Welcome to São Paulo, your city to do business.

The best city to invest in Latin America now has a focal point for its investors: **São Paulo Business**. Our mission is to promote investments in the city, to structure investment opportunities through public private partnerships and concessions, and make excellent the business environment in the city. Contact us and understand how we can help your company to establish itself in Brazil's largest city.

+55 11 3106-4010 • www.spnegocios.com

São Paulo Negócios **PREFEITURA DE SÃO PAULO**

newspub

Um anúncio da SP Negócios

14.1. PPP Iluminação

Com base nesses objetivos, a SP Negócios estruturou ao longo de 2013 e irá continuar coordenando em 2014 a Parceria Público-Privada (PPP) para a troca de iluminação pública de São Paulo.

O projeto, que inclui a troca de 580 mil pontos de luz em cerca de quatro anos. Com as novas lâmpadas, a Prefeitura espera gerar mais segurança e economia, uma vez que as lâmpadas novas têm vida útil cinco vezes superior a das lâmpadas atuais, além de emitirem menos CO₂ e serem 60% mais econômicas.

Outra vantagem que as novas lâmpadas oferecem é a possibilidade de controle por meio de um sistema informatizado. No novo projeto, será instalado um Centro de Controle Operacional, que tenha acesso à hora exata em que uma lâmpada queimou, sem que o cidadão precise ligar para avisar a Administração sobre o problema.

As empresas interessadas no projeto deverão apresentar os estudos e propostas até dia 14 de março de 2014, para análise do Departamento de Iluminação Pública (ILUME), da Secretaria de Serviços e da São Paulo Negócios, responsável por fomentar os investimentos na cidade. Os próximos passos serão a consulta pública, a licitação e a assinatura do contrato com a empresa que ficará responsável por cuidar dos pontos de luz da capital por mais de uma década.

A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), que já é paga pelo contribuinte paulistano na conta de luz, será transferida para um fundo que vai ser o garantidor da contraprestação da PPP. A previsão da São Paulo Negócios é de que os trabalhos comecem já em 2014.

14.2. Brasil alcança sua melhor colocação no ranking Doing Business ao fortalecer seu ambiente de negócios

No relatório Doing Business 2014, do Banco Mundial, o Brasil, medido pela cidade de São Paulo, alcançou a sua melhor colocação desde a primeira edição do Relatório em 2004. Após nove anos de piora sucessiva, o Brasil evoluiu da posição 130 para a posição 116.

Apesar de apresentar um avanço ainda tímido e aquém das necessidades da cidade de São Paulo, a posição reflete uma mudança de tendência, pois é a primeira melhora apresentada pela capital paulista, após intenso trabalho da Secretaria Municipal de Finanças e da SP Negócios. Outros projetos em andamento devem acentuar a subida de posição no relatório Doing Business nos próximos dois anos.

Entre os projetos que a SP Negócios desenvolveu para melhoria da competitividade da cidade está o trabalho com a AES Eletropaulo na revisão do processo de obtenção de energia elétrica, que foi o principal responsável pelo avanço da cidade no Doing Business. O Brasil saltou do 60º lugar para o 14º na avaliação desse item, refletindo uma melhoria no processo e uma redução de aproximadamente 75% no custo de se realizar uma nova instalação elétrica.



Fonte: relatório Doing Business

Através da SP Negócios, a Prefeitura de São Paulo tem trabalhado para promover o aumento da competitividade econômica da cidade. Em 2013 o Município já foi reconhecido como a 2ª melhor cidade para fazer negócios nas Américas pelo ranking FDI do Financial Times, e como a cidade que mais irá incrementar seu potencial de competitividade no mundo nos próximos 12 anos, pela revista The Economist.

Indicadores de Resultado

41 empresas inscritas inicialmente para o PPP da Iluminação - No ano de 2013, o primeiro chamamento às empresas para que se inscrevessem para enviar propostas para a Parceria Público Privada da Iluminação atraiu 41 grandes corporações.



Valor ECONÔMICO

Home Brasil Política Finanças Er Agronegócios Internacional Opiniã

Macroeconomia Setor Externo Infraestrutur

05/11/2013 às 05h00

Proposta paulistana atrai 41 empresas

Por De São Paulo Compartilhar: f t in 8+

A Prefeitura de São Paulo deve publicar hoje a lista de 41 empresas que se inscreveram para apresentar propostas para a Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública.

Entre as empresas que se inscreveram estão GE, Philips, CPFL, AES, Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, BTG Pactual e KPMG. Os inscritos têm prazo de 80 dias para oferecer propostas. Segundo o secretário de Finanças, Marcos Cruz, a expectativa é receber um total de 20 a 25 propostas. Segundo o secretário, é possível que um ou mais inscritos se juntem para apresentar uma proposta. Sairá vencedor quem apresentar o melhor índice de eficiência de iluminação combinado com o menor repasse, que deverá ser financiado pela Cosip, contribuição cobrada nas



Fernando Haddad
Prefeito da Cidade de São Paulo

Nádia Campeão
Vice-Prefeita da Cidade de São Paulo

Marcos de Barros Cruz
Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Antonio Paulo Vogel de Medeiros
Secretário Adjunto

Kélvia Frota de Albuquerque
Chefe de Gabinete

José Alberto Oliveira Macedo
Subsecretário da Receita Municipal – SUREM

Rogério Ceron de Oliveira
Subsecretário do Tesouro Municipal – SUTEM

André Tomiatto de Oliveira
Coordenador Geral Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC

Arlinton Nakazawa
Coordenador Geral Coordenadoria de Administração – COADM

Alexandre Ribeiro Pereira Lopes
Coordenador Geral Coordenadoria de Assuntos Econômicos – COAEC

Fernando Dias Fleury
Chefe da Assessoria Técnica Jurídica

Mamerto Granja Garcia
Chefe da Assessoria Técnica de Planejamento

Leticia Nigro Mazon
Chefe da Assessoria Técnica de Comunicação

Luciana Xerfan Maranhão de Mello
Presidente do Conselho Municipal de Tributos – CMT

Sérgio Luiz Moraes Pinto
Diretor da Escola Municipal de Administração Fazendária



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FINANÇAS E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO